

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA SADE VIGESA S. A.

Pelo presente instrumento particular, **SADE VIGESA S.A.**, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, à Rua Alexandre Dumas, 1860, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 61.143.772/0001 – 77, doravante denominada simplesmente **EMISSORA**, e, na qualidade de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, doravante assim denominado, **PENTÁGONO S. A. – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua Sete de Setembro, 99 – 13º andar, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 17.343.682/0001 – 38, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, ambos representados na forma de seus respectivos Estatutos Sociais, vêm emitir debêntures conversíveis em ações da **EMISSORA**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I – DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base na autorização deliberada na Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da **EMISSORA**, realizada em 19 de Abril de 1.995, e re-ratificada pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 01 de Junho de 1.995.

II – DOS REQUISITOS

A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A presente emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada simplesmente **CVM**, na forma das Leis nºs 6.385, de 07 de dezembro de 1.976 e 6.404, de 15 de dezembro de 1.976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

As Atas das Assembléias Gerais Extraordinárias que deliberaram sobre a emissão de debêntures, bem como sua re-ratificação, serão registradas e arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

3. REGISTRO DA ESCRITURA

A presente escritura de emissão será registrada no 11º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo.

III – CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS TÍTULOS E DA EMISSÃO

As debêntures, cujas condições e características seguem transcritas, serão emitidas observando-se o seguinte:

1. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO:

O lançamento será público, mediante a intermediação de Instituição(ões) Financeira(s), e na colocação das debêntures junto ao público será adotado o Procedimento Diferenciado de Distribuição, referido no Artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30.09.80.

2. EXCLUSÃO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA AOS ACIONISTAS:

Conforme previsão do Estatuto Social da **EMISSORA**, bem como deliberação das A.G.E.'s que autorizaram a presente Emissão, não será concedido aos acionistas prazo de preferência para subscrição das debêntures de que trata este Instrumento, sendo no entanto concedido aos acionistas da **EMISSORA** prazo de prioridade de 08 (oito) dias, a contar do 1º Anúncio de Início de Distribuição Pública, para subscrição das debêntures, na mesma proporção das ações possuídas nas datas das referidas A.G.E.'s.

3. COVERSIBILIDADE EM AÇÕES DA EMISSORA:

As debêntures componentes de ambas as séries serão conversíveis em ações nominativas representativas do Capital Social da **EMISSORA**, sendo as debêntures da 1ª série conversíveis em ações ordinárias e as debêntures da 2ª série conversíveis em ações preferenciais, podendo tal conversão ocorrer a qualquer tempo, a critério do debenturista, a partir da data de subscrição. O preço de conversão está definido no item 14 adiante.

4. DATA DE EMISSÃO E VENCIMENTO:

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures de ambas as séries será 01 de abril de 1.995, com prazo de vencimento de 05 anos a contar da data de emissão, vencendo-se portanto em 01 de abril de 2.000.

5. VALOR NOMINAL E VALOR DA EMISSÃO:

As debêntures de ambas as séries terão o valor nominal unitário de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), na data de emissão, perfazendo um montante para a emissão de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), na data referida.

6. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES E SÉRIES:

Serão emitidas 20.000 (vinte mil) debêntures, divididas em 2 (duas) séries, sendo a 1ª série composta por 5.000 (cinco mil) debêntures conversíveis em ações ordinárias e a 2ª série composta de 15.000 (quinze mil) debêntures conversíveis em ações preferenciais.

7. FORMA E ESPÉCIE:

As debêntures de todas as séries serão nominativas, não endossáveis, e terão garantia flutuante.

8. NEGOCIAÇÃO:

As debêntures serão negociadas junto ao SND (Sistema Nacional de Debêntures), administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos).

9. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO:

O Preço de Subscrição das debêntures de ambas as séries será o Valor Nominal unitário atualizado monetariamente, desde a data de emissão até a data da integralização acrescido da base de remuneração prevista no item 10 e sub-ítem seguintes adiante, acrescido de juros remuneratórios de 14% a.a. "pro-rata temporis" por dias decorridos. As debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição.

10. RENDIMENTO DAS DEBÊNTURES:

10.1 – As debêntures serão remuneradas, observado o item seguinte dispondo sobre juros remuneratórios, aplicando-se uma base de remuneração, a partir da data de emissão até o vencimento, de acordo com a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, fixada pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL, cumulativa e sucessivamente, observados os prazos respectivos.

10.1.1 – O valor da remuneração correspondente à aplicação da TJLP será capitalizado e acrescido ao valor nominal das debêntures e o valor assim obtido será considerado como base de remuneração para fins de cálculo de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão, inclusive para efeito do pagamento das debêntures por ocasião da recompra, do resgate ou vencimento das debêntures.

10.1.2 – A apuração de montantes que devam ser liquidados, por força de direitos e obrigações, e que ocorrerem em datas intermediárias, será efetuada mediante a aplicação da variação “*pro-rata-temporis*”.

10.1.3 – Na hipótese de extinção ou congelamento da TLJP, ou se por qualquer motivo tornar-se impossível a sua utilização como base de remuneração, o parâmetro de remuneração que o substitua será aplicável às debêntures;

10.1.4 – Se na data do vencimento de qualquer obrigação prevista nesta escritura a taxa a ser aplicável não estiver disponível para o cálculo, este poderá ser efetuado pela taxa aplicada à obrigação do período imediatamente anterior. A diferença apurada, quando da disponibilidade da taxa, acrescida dos encargos convencionados para a operação, será compensada juntamente com o pagamento da obrigação subsequente.

11. JUROS REMUNERATÓRIOS:

11.1 – Além da base de remuneração prevista no item anterior, as debêntures pagarão juros remuneratórios de 14% (quatorze por cento) ao ano a contar da data da emissão, computados com base em 360 dias, incidentes sobre o saldo nominal não amortizado, devidos sempre no primeiro dia de abril de cada ano, ocorrendo o primeiro vencimento em 01.04.1996 e o último em 01.04.2000.

11.2 – A EMISSORA pagará “*pro rata temporis*” os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de conversão, amortizações, aquisições facultativas e vencimento antecipado.

12. PRÊMIO:

12.1 – As debêntures farão jus ao recebimento de um prêmio, a ser pago, se houver, nas datas de vencimento antecipado, aquisição facultativa, resgate e amortizações programadas, incidente a partir da data de emissão, que será a diferença positiva, se houver, entre a remuneração prevista nos itens 10 e 11, e a Taxa ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Desenvolvimento), calculado conforme a fórmula seguinte, observado, ainda, os itens seguintes.

$$Pn = [(Vn1 \times Fn) - (Vn2 \times 1,14)^{d/360}]$$

onde:

Pn significa o prêmio "n" expresso em reais, a ser pago nos eventos acima;

Vn1 significa o Valor Nominal na data da emissão ou na data da amortização;

Vn2 significa o Valor Nominal unitário calculado na forma do item 10.1, nas mesmas datas de vencimento antecipado, aquisição facultativa, resgate e amortizações programadas;

d significa o número de dias decorridos desde a data de emissão até a data em que ocorrer o previsto no 'caput' deste item;

Fn significa o fator *n* de apuração do prêmio para cada debênture, tendo por base o fator acumulado do resultado da aplicação das taxas e respectivos indexadores, se pós-fixadas, divulgadas pela ANBID para depósitos bancários a prazo do tipo mais negociado, pré ou pós-fixadas, no "*período de incidência da taxa de juros ANBID*";

12.1.1 – Entende-se por "*período de incidência da taxa de juros ANBID*" aquele que se inicia na data de emissão das debêntures e se encerra na data de repactuação e, como "*sub-período de incidência da taxa de juros ANBID*" os prazos definidos de acordo com a taxa ANBID mais negociada no instante da definição do sub-período. Assim, (i) o primeiro sub-período inicia-se na data de emissão das debêntures e termina no prazo definido pela taxa ANBID, pré ou pós fixada, mais negociada, apurada na data de emissão das debêntures; (ii) os sub-períodos seguintes são definidos apurando-se a taxa ANBID mais negociada no dia do vencimento do sub-período anterior e entendendo-se o prazo desta taxa como o do sub-período que se inicia; e (iii) as taxas e os indexadores, se pós-fixados, dos sub-períodos, são acumulados de forma exponencial e utilizando-se o critério "*pro rata temporis*", se necessário, de forma a cobrir todo o "*período de incidência da taxa de juros ANBID*".

12.2 – O Prêmio não será devido em caso de conversão das debêntures.

13. AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA :

[As debêntures terão amortização programada, sendo pago 50% (cinquenta por cento) do Preço Unitário da debênture no 48º (quadragésimo oitavo) mês, contado a partir da data da emissão, inclusive, e o restante na data de vencimento das debêntures.]

14. CONVERSIBILIDADE:

14.1 – As debêntures de ambas as séries serão conversíveis em ações da **EMISSORA**, conforme definido no item III.3 supra, a qualquer tempo pelos debenturistas, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO	QUANTIDADE DE AÇÕES POR DEBÊNTURE
<i>data de subscrição até 30.06.1996</i>	66.667
<i>de 01.07.1996 a 31.07.1997</i>	55.555
<i>de 01.08.1997 até o vencimento</i>	46.296

14.2 – As ações resultantes de tal conversão serão colocadas à disposição de seus titulares em até 03 (três) dias úteis após a data da solicitação de conversão.

15. SOLICITAÇÃO DE CONVERSÃO:

15.1 – Os debenturistas exercerão a opção de conversão das debêntures em ações representativas do Capital Social da **EMISSORA** por meio de envio, ao Banco Mandatário, da Solicitação de Conversão, a qual deverá mencionar:

- a) se se refere à conversão da totalidade ou de parte das debêntures, sendo que, em se referindo à conversão parcial, deverá informar o número de debêntures a serem convertidas e o seu valor total;
- b) o número de ações a serem emitidas pela **EMISSORA** em consequência da conversão, tal número estando sujeito a correções pela **EMISSORA**, se necessário;
- c) a data na qual as ações deverão ser emitidas;

15.2 – Para todos os efeitos legais, a data da conversão será a data do recebimento da solicitação pela **EMISSORA**.

16. DIREITOS DAS AÇÕES DECORRENTES DA CONVERSÃO:

16.1 – DIREITOS ESTATUTÁRIOS:

As ações decorrentes do exercício de conversão gozarão, além dos mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidas às ações da mesma classe e espécie da **EMISSORA** negociadas em bolsa de valores à época, do direito às bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da **EMISSORA** a partir da data da Solicitação de Conversão, inclusive, de forma que os certificados ou extratos delas representativos sejam emitidos no estado de direito das demais ações da **EMISSORA**, a partir da data da Solicitação de Conversão.

16.2 – DIREITOS DECORRENTES DA CONVERSÃO:

As ações objeto da conversão farão jus a dividendos integrais, referentes ao semestre em que forem convertidas.

17. FRAÇÕES DE AÇÕES EM CASO DE CONVERSÃO:

As frações de ações decorrentes de conversão serão devidas em espécie, na data da solicitação de conversão, devendo seu efetivo pagamento ser realizado até o terceiro dia útil subsequente, pelo seu valor nominal corrigido monetariamente, na forma prevista no item 10 supra.

18. AUMENTOS DE CAPITAL DECORRENTES DE CONVERSÃO

Em caso de solicitação de conversão das debêntures em ações, os aumentos de capital serão realizados mensalmente e averbados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes à efetivação dos aumentos respectivos, observada a forma estabelecida no inciso III do artigo 166 da Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social da **EMISSORA**.

19. DIREITOS DOS DEBENTURISTAS EM CASO DE SUBSCRIÇÕES:

19.1 – Será assegurado ainda aos debenturistas os seguintes direitos:

(i) a critério do debenturista, sempre que a **EMISSORA** aumentar seu capital com emissão de novas ações, para subscrição pública ou privada, durante o prazo para o exercício de preferência porventura conferido aos acionistas, ou no prazo de prioridade, ou na ausência do prazo de preferência ou prioridade, no prazo de 20 (vinte) dias para ambas as séries, a contar da publicação do 1º Anúncio de Início de Distribuição Pública de Ações, fica assegurado ao debenturista o direito de ter suas debêntures convertidas em ações pelo mesmo preço fixado para as novas ações;

(ii) a critério do debenturista, sempre que a **EMISSORA** deliberar a emissão de novas debêntures conversíveis em ações para subscrição pública ou privada, durante o prazo de validade das novas debêntures fica assegurado ao debenturista o direito de ter suas debêntures convertidas em ações pelo mesmo preço de conversão das novas debêntures;

(iii) a critério do debenturista, sempre que a **EMISSORA** deliberar a emissão de bônus de subscrição, durante o prazo de exercício do direito de subscrição de ações, fica assegurado ao debenturista o direito de ter suas debêntures convertidas pelo mesmo preço de exercício do bônus de subscrição.

19.2. – O número de ações decorrentes da conversão das debêntures mencionada no quadro acima será ajustado em relação a desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da data de emissão, sem qualquer ônus para os debenturistas, na mesma proporção estabelecida para tais eventos.

20. JUROS MORATÓRIOS:

Caso a **EMISSORA** deixar de efetuar qualquer pagamento previsto nesta escritura, tais como principal, base de remuneração, juros e prêmio, se houver, ou de quaisquer outros valores com relação às debêntures, na data devida, como especificado nesta Escritura (seja na data prevista de vencimento, seja em virtude de vencimento antecipado), ou, se não especificada, consoante notificação enviada à **EMISSORA** pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a **EMISSORA** deverá pagar, em relação ao valor de tal pagamento devido e não pago, taxa de juros elevados em 1% a.m. (um por cento ao mês), independente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sendo as obrigações devidas calculadas desde a data de seu descumprimento até a data de sua regularização, sem prejuízo do vencimento antecipado da debênture, conforme disposto nesta escritura.

21. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS:

Sem prejuízo ao disposto no item 20 supra, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da **EMISSORA**, nas datas previstas neste Instrumento, ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de juros, base de remuneração e prêmio, se houver, no período relativo ao atraso no recebimento, sendo—lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

22. AQUISIÇÃO FACULTATIVA:

22.1 — A **EMISSORA** poderá efetuar, a qualquer tempo, a aquisição das debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo de seu valor nominal não amortizado, calculado na forma do item 10 supra, acrescido de juros e prêmio, se houver, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º da Lei nº 6.404/76. As debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado.

22.2 — Na aquisição, os rendimentos a que fizerem jus as debêntures serão atribuídos, pela **EMISSORA**, aos titulares dos títulos.

23. LOCAL DO PAGAMENTO:

Os pagamentos referentes às amortizações das debêntures, base de remuneração, juros remuneratórios e prêmio, se houver, a que fizerem jus as debêntures, serão efetuados utilizando—se os procedimentos adotados pelo **CETIP**, ou na sede da **EMISSORA**, na hipótese do debenturista não estar vinculado àquele sistema.

24. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS:

Considerar—se—ão prorrogados os prazos referentes aos pagamentos de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se essa data coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo a qualquer título, aos valores a serem pagos.

25. PUBLICIDADE:

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão, que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser veiculados na forma de avisos, no jornal Gazeta Mercantil.

26. VENCIMENTO ANTECIPADO:

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da emissão de que trata o presente Instrumento e exigir o imediato pagamento pela **EMISSION** do valor nominal, acrescido da base de remuneração, juros e prêmio, independentemente de aviso, notificação, interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos seguintes fatos:

- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **EMISSION**;
- b) pedido de concordata e/ou decretação judicial de falência da **EMISSION**;
- c) falta de cumprimento pela **EMISSION** de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso escrito enviado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**;
- d) vencimento antecipado de qualquer dívida da **EMISSION** em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da **EMISSION**, previstas na presente Escritura de Emissão;

IV – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSION

4.1 – A **EMISSION** está adicionalmente obrigada a:

4.1.1 – Fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

- a) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;
- b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo;
- c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93, nos prazos ali previstos;
- d) imediatamente, qualquer informação razoável que lhe venha a ser solicitada.
- e) notificar o **AGENTE FIDUCIÁRIO** sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da **EMISSION** por mais de 02 (dois) dias úteis.

4.1.2– Não pagar dividendos, salvo o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento do principal atualizado monetariamente, conforme previsto nesta Escritura, juros e prêmio, se houver, relativos às debêntures objeto da presente escritura, cessando tal proibição, tão logo seja purgada a mora.

4.1.3 – Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente, registrada na **CVM**.

4.1.4 – Efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93, bem como fornecer aos seus debenturistas, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, as demonstrações financeiras previstas no Artigo 176 da Lei nº 6.404/76.

4.1.5 – Manter em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço.

4.1.6 – Manter seus bens adequadamente assegurados, conforme práticas correntes.

4.1.7 – Não realizar operação fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes.

4.2. – A **EMISSORA**, por fim, declara que seu Capital Social é composto por **1.580.102.260**. (hum bilhão, quinhentos e oitenta milhões, cento e dois mil, duzentos e sessental) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 590.102.260 (quinhentos e noventa milhões, cento e dois mil, duzentos e sessenta) ações ordinárias e 990.000.000 (novecentas e noventa milhões) ações preferenciais, resultando em R\$ 65.700.000,00 (sessenta e cinco milhões e setecentos mil Reais), estando todas as ações representativas de seu Capital Social integralizadas, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, quer de natureza legal, contratual e / ou judicial.

V – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A **EMISSORA** constitui e nomeia **AGENTE FIDUCIÁRIO** da emissão objeto da presente escritura, **PENTÁGONO S.A. – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, retro – qualificada, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para nos termos da lei da presente Escritura, representar perante a **EMISSORA**, a comunhão dos titulares das debêntures.

5.1 – DECLARAÇÃO:

O **AGENTE FIDUCIÁRIO**, dos debenturistas, nomeado na presente escritura, declara:

- a) Sob as penas da lei não ter qualquer impedimento legal, conforme o Artigo 66, parágrafo 3º da Lei nº 6.404, de 15.12.76, e o Artigo 9º da Instrução CVM nº 28 de 23.11.83, para exercer a função que lhe é ocupada;
- b) Aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta escritura;
- c) Aceitar integralmente a presente escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- d) A **EMISSIONA** também declara não ter qualquer ligação com o **AGENTE FIDUCIÁRIO** que o impeça de exercer plenamente suas funções.

5.2 – REMUNERAÇÃO:

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** receberá, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, honorários a serem pagos da seguinte forma;

- a) 01 (uma) parcela de R\$ 1.750,00 (hum mil, setecentos e cinquenta mil Reais), paga 05 (cinco) dias úteis após a assinatura da Escritura de Emissão;
- b) pagamentos trimestrais no valor de R\$ 1.750,00 (hum mil, setecentos e cinquenta mil Reais), a contar da data do último pagamento;
- c) as parcelas do item “b” serão reajustadas pela variação acumulada do IPC–r, ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo Índice Geral de Preços ao Mercado – IGPM.

5.2.1 – As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, a serem cobertas pela **EMISSIONA**, exceto as viagens a São Paulo (capital), e respectivas estadias;

5.2.2 – Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida neste item, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na presente Escritura;

5.2.3 – As parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

5.3 – SUBSTITUIÇÃO:

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia dos debenturistas para a escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a qual poderá ser convocada pelo próprio **AGENTE FIDUCIÁRIO** a ser substituído, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela **CVM**. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à **EMISSORA** efetuar-la, sendo certo que a **CVM** poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**.

5.3.1. – Na hipótese de não poder o **AGENTE FIDUCIÁRIO** continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

5.3.2. – É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

5.3.3. – A substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** fica sujeita à comunicação prévia à **CVM** e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no Artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83, e eventuais normas posteriores.

5.3.4. – A substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, em caracter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de emissão, devendo o mesmo ser averbado no registro de imóveis, no qual foi registrada a Escritura de Emissão.

5.3.5. – O **AGENTE FIDUCIÁRIO** entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

5.3.6. – Aplicam-se às hipóteses de substituição ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** as normas e preceitos a respeito baixados por ato da **CVM**.

5.4 – DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo, da **CVM** e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

e) promover, nos competentes órgãos, caso a **EMISSORA** não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da **EMISSORA** para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das debêntures;

h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da **EMISSORA**;

i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na **EMISSORA**;

j) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a **EMISSORA** deve efetuar suas publicações;

k) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

l) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

l.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **EMISSORA** ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela **EMISSORA**;

l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

l.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da **EMISSORA**, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;

l.4) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;

l.5) resgate, amortização, conversão e pagamento de juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela **EMISSORA**;

l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **EMISSORA**;

l.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

l.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela **EMISSORA** neste instrumento; e

l.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**.

m) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da **EMISSORA**, ao menos nos seguintes locais:

m.1) na sede da **EMISSORA**;

m.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

m.3) na **CVM**;

m.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e

m.5) nas instituições financeiras que lideram a colocação das debêntures.

n) publicar, nos órgãos de imprensa em que a **EMISSORA** deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados nos sub-ítems do item "m" acima;

o) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, gestões junto à **EMISSORA** e à instituição prestadora de serviços de debêntures escriturais;

p) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas parcialmente;

q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste Instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

r) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento pela **EMISSORA** de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:

r.1) à **CVM**;

r.2) às Bolsas de Valores, quando for o caso;

5.5 – ATRIBUIÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

O **AGENTE FIDUCIÁRIO**, usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a **EMISSORA** ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da **EMISSORA**:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios conforme os termos da cláusula IX;
- b) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas;
- c) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da **EMISSORA**; e
- d) requerer a falência da **EMISSORA** se não mais subsistirem garantias dentro dos limites estabelecidos no artigo 60, parágrafo primeiro, alínea 'b' da Lei nº 6.404/76.

5.5.1 – O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista no item (a) acima na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura.

5.5.2 – O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens (a) e (d) do "caput" desta cláusula se, a Assembléia dos Debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures, bastando porém, a deliberação da maioria dos titulares das debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto no item (d) desta mesma cláusula.

5.6 – DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO:

Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as despesas a serem adiantadas pelos debenturistas, incluem também os gastos com honorários advocatícios e administrativas em que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas, e deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e serão, posteriormente, conforme previstos em Lei, ressarcidas pela **EMISSORA**. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, enquanto representante da comunhão dos debenturistas.

5.6.1 – O ressarcimento, a que se refere esta cláusula, será efetuado imediatamente após a entrega à emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos portadores dos títulos.

5.6.2 – As despesas a que se refere esta cláusula compreendendo, inclusive, as seguintes publicações:

- a) Publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) Locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

5.6.3 – O crédito dos **DEBENTURISTAS** por despesas que tenham incorrido para proteger seus direitos e interesses que não tenham sido saldados na forma do parágrafo primeiro, será acrescido à dívida da **EMISSORA** e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

5.6.4 – Se qualquer quantia devida aos debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a **EMISSORA** deverá pagar (em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e nas debêntures) honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

VI – DA RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura.

VII – DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

7.1 – Os titulares das debêntures de que trata esta Escritura poderão a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Especial, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

7.2 – A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem no mínimo 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela **CVM**.

7.3 – Aplicar-se-á à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembléia Geral de Acionistas.

7.4 – A Assembléia se instalará em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da Assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou àquele que for designado pela **CVM**.

7.5 – Na hipótese da Assembléia não ter sido convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, este a ela deverá comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

**ESTA FOLHA É PARTE INTEGRANTE DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA SADE VIGESA S.A.**

7.6 – Nas deliberações da Assembléia, cada debênture dará direito a um voto admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

7.7 – Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas neste instrumento, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.

7.8 – Para efeito da constituição do “*quorum*” a que se refere esta cláusula serão excluídas do número de debêntures que a **EMISSORA** possuir em tesouraria.

VIII – DO FORO

8.1 – Fica eleito o foro principal da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.

8.2. – Estando assim certos e ajustados, firmam esta escritura a **EMISSORA** e, na qualidade de interveniente, o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 26 de Junho de 1.995.

SADE VIGESA S.A.

PENTÁGONO S. A. – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

TESTEMUNHAS:

1.

Nome:

C.P.F.:

2.

Nome:

C.P.F.: